

CIVISMO E BRASILIDADE NA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Gen. Div. R/1
FREDERICO RONDON

"A condição primordial, para se chegar, conscientemente, à solução de um problema, qualquer que seja sua natureza, é enunciá-lo bem, apresentando seus dados essenciais de uma forma que facilite o raciocínio lógico.

"A verdade, portanto, deve ser a primeira preocupação de quem trata de boa fé um problema. A enunciação dos dados implica o conhecimento da verdade; e a solução será tanto mais justa, quanto mais exatamente se conhecerem aquêles.

"É dessa falta de exatidão dos enunciados, consequência do conhecimento imperfeito dos dados, que se ressentem, em geral aquêles que, entre nós, têm tratado as questões econômicas e sociais do Brasil Central. Na maior parte, nossos sociólogos e economistas são levados a soluções inexatas pelo espírito de generalização.

"Admitida a homogeneidade federal, passa o continente brasileiro a ser tratado por leis uniformes, assim no domínio social, como no econômico, sem atenção à diversidade de condições de vida que apresentam as diversas regiões do País..."

Estas singelas reflexões sugeridas pelo estudo de nossos problemas sertanejos, poderiam, sem grave risco de inadequação, estender-se e aplicar-se aos problemas brasileiros, em geral.

Assim, advertidos por uma longa meditação sobre a realidade brasileira, tanto em seus aspectos sertanejos, como nos que decorrem da vida cultural dos grandes centros, animamo-nos a tentar uma conceituação, tanto quanto possível, exata do que poderíamos chamar *Civismo* e, conseqüentemente, *Educação Cívica*.

O *Civismo*, como zelo, devotamento à Pátria, segundo definição clássica, não pode ser, no Brasil, senão o sentimento nacional brasileiro, a *Brasilidade*.

Coerentes com o nosso propósito de precisão de conceitos, como primeiro passo, para o domínio de nossos problemas psicossociais, passaremos, assim, a considerar o *Civismo-Brasilidade*.

O cultivo das virtudes cívicas não deveria visar, simplesmente, o aperfeiçoamento social, como vaga aspiração da comunidade nacional. Algo de concreto deveria corresponder àquela preocupação, tendo em vista o pro-

gresso da Nação Brasileira, pela consecução dos objetivos nacionais permanentes, entre os quais avulta, no caso vertente, a *Integração Nacional*.

O Civismo — convicção de Brasilidade, como fator da Integração Nacional, deve ser, antes de Solidariedade Humana, Amor à Pátria.

Amor implica o conhecimento profundo do objeto, neste caso, do País e da Nação, isto é, da Pátria Brasileira.

Não poderemos, pois, adiantar-nos em Brasilidade, isto é, em Civismo Brasileiro, sem o cultivo das ciências sociais, especialmente da Geografia e da História, que nos permitem conhecer a Nacionalidade, em sua base física, o País, e compreender a evolução nacional, desde seus primórdios, e, pela interpretação dos fatos sociais, prever os rumos da mesma evolução e, oportunamente, nêles influir, para a salvaguarda dos objetivos nacionais permanentes: a soberania, a integridade e o progresso.

Vale considerar, num humilde exame de consciência, nossas atitudes cotidianas, em face dos altos interesses da Pátria, nessa despreocupação com a verdade histórico-geográfica, mais interessados e, muita vez, melhor informados nos fatos internacionais e na evolução mundial, como Nação Ocidental, nesse mundo conturbado de nossos dias.

Num ensaio de sistematização destas idéias preliminares, tentaremos fixar nossa posição, num confronto das noções correntes com a realidade histórico-geo-

gráfica, restringindo quanto possível nossas observações à Amazônia Brasileira (o homem, a terra e o povoamento) e, após um relance sobre a conjuntura nacional, ao conceito de Nacionalidade (raça e ideologia), assinalando aspectos positivos e negativos da cultura brasileira e seus reflexos sobre o Civismo-Brasilidade.

O Brasil nasceu sob o signo da grandeza e da incompreensão. O próprio nome, de origem céltica — de *braas-i*, grande (Varnhagen) — que por predestinação dar-se-lhe-ia, significa, no século das descobertas, produto vegetal do Oriente e Ilha do Ocidente.

Descoberto por espanhóis, florentinos e genoveses, em fins do Século XV; possuído por portugueses e disputado por espanhóis, franceses, ingleses e holandeses, a partir do Século XVI, o Brasil atinge, por fim, a consciência de nação, após quatro séculos de fusão de raças e culturas, expansão continental e afirmação política.

Sua pré-história, postergada pelos conquistadores, não mereceu até o presente o devido lugar, na Cultura brasileira.

A etnografia brasileira, que deveria ser a base da formação do espírito nacional, como estudo e descrição dos povos, sob o ponto de vista das manifestações materiais de suas atividades, fica, assim, desfigurada por preconceitos tendentes ao predomínio dos vínculos culturais que nos prendem ao Velho Mundo, dos quais ainda não nos libertamos, em que pèse à consciência de

nossa emancipação política, como nação americana.

O incola teria sido a maior vítima da incompreensão assim gerada, em nossa intelectualidade. O atraso cultural, a antropofagia, o nomadismo e a indolência são as tônicas de tôdas as justificações da violência dos conquistadores.

Sua brandura e hospitalidade, no trato dos marinheiros de Cabral, teriam, entretanto, sugerido a povos verdadeiramente cristãos uma aliança sincera, para a realização dos elevados objetivos político-sociais que apregoavam — a conquista dos povos bárbaros para a fé e a civilização. Pelo amor, traduzido no respeito à vida, à família e aos bens dos povos americanos, teriam aqueles realizado mais sólida conquista, sem as nódoas que macularam a história contemporânea, em cujos episódios o espírito humano hesita em dizer quais sejam os bárbaros, se os cristãos que matam, roubam e escravizam indígenas indefesos, invadindo-lhes as terras, se aqueles que se defendem recaindo, por vêzes, na barbaria, pela emulação que lhes trazem os invasores *cariuas*.

"Os invasores traziam consigo bastantes germes de discórdia, que vieram a dar mul sazoados frutos venenosos, às suas novas terras. O selvagem, cercado sempre de perigos, não sabe o que seja tranqüilidade de alma; de tudo tem que prevenir-se e reclear-se, fica desconfiado de caráter e inábil de pensar que querem concorrer para melhorar

a situação da humanidade... Nem nos humilhe essa triste condição dos habitantes desta terra, noutras eram; com pouca diferença, seria a mesma das terras da Europa, hoje tão florescentes, quando os fenícios, os gregos e, mais que todos, os romanos lhes incutiram a sua civilização que, com a sua língua, levaram à Lusitânia... (Varnhagen).

A antropofagia era "fato que, segundo alguns historiadores, se dava igualmente, no Velho Continente, entre os citas, dos quais pareciam proceder. Era o prazer que sentiam na desforra..." (V.)

O nomadismo teria resultado da impressão que deram nossos povos indígenas aos colonizadores de movimento coordenado, de migração para o norte, no litoral atlântico. Isso não obstava, porém, a que, em nosso País, se fixassem as tribos em *tauas* que duravam anos. E as descobertas do interior, na era das bandeiras, como as modernas explorações, surpreendem as tribos radicadas em aldeias situadas em territórios bem demarcados de seus domínios tradicionais, dos quais jamais se afastam, senão compelidos pela violência, tornando possível até uma esquematização de sua distribuição, no País, pelos grandes troncos etnográficos em que, até o presente, supõem-se divididos.

A decantada indolência do silvícola é a natural reação contra a escravidão que lhe querem impor os invasores. Operários, guerreiros, agricultores, "os verdadeiros construtores das cidades e povoações, após a descoberta, e

sem os quais os portugueses teriam perdido a conquista, pois, eram impotentes para a defenderem... (João Mendes de Almeida), passam os incolos a dar, ao menor vislumbre de brandura e compreensão dos europeus, inestimável esforço para a implantação do império colonial.

As primeiras gerações de sua descendência mestiça — os mamelucos — estava reservada a ingente tarefa da penetração do País, do desbravamento dos sertões, dilatando os limites do império até aos contrafortes andinos...

"Domingos Alves Branco (1778) entendia que à incomparável viveza dos silvícolas e aos seus conhecimentos de ervas medicinais se devia o bom êxito dos trabalhos de exploração e de estudo dos cosmógrafos portugueses, ao longo da costa e no interior do País.

"Os tapulos, escreveu Ellisée Reclus, eram, antes da introdução do vapor no Amazonas, os intermediários de todo o comércio, os guias de todos os viajantes...

"E qual a arte, o ofício ou gênero de atividade que ainda se não conseguiu que aprendessem e exercessem com proveito? Como trabalhadores de machado, não encontram quem os iguale, entre machadeiros de tôdas as origens; como canoieiros, navegadores de rios, são inigualáveis; como campeiros de gado, alcançam e excedem os nossos mais reputados boladeiros do Norte e do Sul; como lavradores, adaptam-se a todos os gêneros de

cultura: no Sul, o trigo; em São Paulo, o café; no Nordeste, o algodão e, por tôda parte, o milho, o feijão, o arroz, a mandioca, a cana-de-açúcar, etc. Se lhes fornecemos escolas, com facilidade aprendem a ler, escrever e contar. Suas mulheres aprendem a coser a máquina e elles ajeitam-se aos trabalhos dos motores a vapor das serrarias mecânicas, dos maquinismos de beneficiamento de cana, café, mandioca, algodão e cereais. Se o ensino se lhes oferece, ei-los tripulantes, foguistas e pilotos de embarcações a vapor ou gasolina. Tornam-se ferreiros, carpinteiros, seleiros, alfalates, enfim, oficiais de qualquer profissão elementar que se lhes queira ensinar. Extratores de erva-mate, de óleo de copaiba, de poaia, de castanhas, de caucho e de numerosos produtos florestais, transformando-se em trabalhadores de construção e de conservação de estrada de ferro e de rodagem ou de linhas telegráficas. Com a mesma facilidade, aprendem a arte de manipular os aparelhos Morse, para receber e expedir telegramas. Na grande linha de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, o General Rondon já formou dez telegrafistas tirados do seio da nação parici; a Estrada de Ferro Noroeste, na seção de Mato Grosso, emprega dois telegrafistas terenos; um outro é praticante na linha de Campo Grande a Ponta Porã. E até como professores, datilógrafos e ourives há exemplo d'elles se aplicarem com sucesso..."

(Luiz Bueno Horta Barbosa, 1919.)

As novas disposições constitucionais referentes aos silvícolas, tanto às terras de sua possessão, como à proteção devida, pelo Governo Federal, às tribos remanescentes, nos sertões, e aos indivíduos e grupos semicivilizados, em todo o País, levam-nos a reconsiderar assertos e sugestões que, sobre o problema indígena brasileiro, expendemos em nossos trabalhos, à luz das Diretrizes Rondonianas, pelas quais se orientara o Serviço de Proteção aos Índios, desde sua criação, em 1910.

Cumpramos reconhecer, através dos atos governamentais e, particularmente, daqueles que revelam a orientação doutrinária do referido Serviço, auspiciosa evolução, no sentido da predominância dos aspectos humanos e econômicos da assistência aos silvícolas, sobre os científicos ou, mais propriamente, etnográficos, de modo que o interesse da ciência, em que pêsse aos seus elevados intuítos, não prejudiquem os interesses gerais, sintetizados na *incorporação dos silvícolas à Nacionalidade*, diretriz constitucional que, desde logo, afasta a possibilidade de uma legislação ordinária que coloque em segundo plano a integração nacional, dando expansão a intenções outras, nas quais preponderem, por exemplo, objetivos científicos, artísticos, raciais ou sectários (ou ainda de incentivos turísticos ou, simplesmente, de sensação publicitária) que conduzam ao isolamento, ao enquistamento dos remanescentes indígenas, em áreas restritas do território na-

cional, visando seu retrocesso cultural, para os citados fins.

Como aberração política assim delineada, tivemos o famoso Parque Nacional do Xingu, em boa hora extinto, o qual ia-se transformando naquele "cenário de opereta" a que nos referimos, onde nossos pobres índios iriam representar "a comédia da vida, na qual transformar-se-ia a atual tragédia", conforme atestam ilustrações à venda nas bancas de jornais, em que se apresentam culturalmente desfiguradas, numa exuberância de cores e formas, nossas tribos docilizadas e evoluídas, capazes, portanto, de uma organização econômico-social que melhor correspondesse aos interesses gerais, nossos e deles, dignos, assim, de uma apresentação menos espetacular, porém, mais justa e verdadeira de seu estado social.

Cumpramos ainda reconhecer o relevante papel reservado à primitiva organização tribal, na desejável reestruturação sócio-econômica de nossos silvícolas arcaico natural de verdadeira cooperativa que, assistida pelo poder público, poderia (e deveria) em breve prazo evoluir segundo os moldes clássicos do cooperativismo. Teríamos, assim, a integração dos grupos silvícolas às comunidades rurais, sem a violência, que é de prever-se, da dissolução das tribos, antes, ao contrário, incorporando-as à Nacionalidade, como paradigmas de organização sócio-econômica de grupos afins, pela consangüinidade e convivência, aplicados à exploração agrícola.

O espírito de generalização com que, em geral, são considerados os silvícolas, seria responsável por certas soluções que, em nome da ciência, propõem-se aos seus problemas, dissimulando o sentido desumano e contrário ao objetivo da integração nacional, pela negação de suas aptidões para o trabalho.

Cumprido, certamente, conceder aos silvícolas maior tolerância, na interpretação de suas atividades, como elementos eficientes do desenvolvimento regional, pois, constituem trabalho lícito a caça e a pesca, a colheita de frutos silvestres e a agricultura rudimentar que praticam, tanto para o consumo próprio, como para o incipiente comércio. Excluí-los, porém, sumariamente, do cômputo da mão-de-obra, nos planos de desenvolvimento regional, seria, não somente injusto, como também contrário ao espírito da Lei Magna, visto como, marginalizando-os, retardar-se-ia sua incorporação à Nacionalidade, desperdiçando ao mesmo tempo seu concurso por vèzes indispensável ao desbravamento dos sertões.

Os direitos dos silvícolas, como legítimos brasileiros, a essa assistência assim, minuciosamente definida pela Lei Magna, como encargo precípua dos poderes públicos, e sua incontestável aptidão para o aperfeiçoamento moral, intelectual e técnico, parecem-nos por demais evidentes, para que comportem uma discussão que transcenda dos métodos para o arbítrio da negação pura e simples, por escusos

interesses, comodidade, incapacidade administrativa ou preconceito de qualquer espécie que, em dado momento, queira desvirtuar o serviço público e suas primitivas diretrizes.

A consideração da obra missionária das operosas Prelazias da Amazônia convencerá os mais céticos, não somente da eficiência da catequese, como método de incorporação dos silvícolas à comunhão nacional, mas também daquela aptidão dos mesmos silvícolas para o aperfeiçoamento moral e material e, portanto, da possibilidade de seu aproveitamento, como elemento eficiente do progresso regional.

No entanto, o conhecimento imperfeito do problema indígena, manifestado pelo espírito de generalização, leva a maior parte dos brasileiros aos conceitos contraditórios: o índio é um forte; o índio é um indolente, embora sejam indolência e vigor físico estados incompatíveis no mesmo indivíduo. Indolente um homem que vive em luta contra a natureza, um vencedor, um forte?

Três qualidades características do silvícola são preciosos elementos que devem ser aproveitados, para abreviar sua integração à Nacionalidade: o misticismo, o espírito militar e a capacidade econômica, isto é, o valor pessoal, como trabalhador afeto aos rudes misteres de suas regiões.

O brasilíndio é espiritualista, muito imperfeito embora. Ele admite o sobrenatural e por vèzes o teme. Mesmo o fetichismo, no qual invariavelmente o clas-

sificam os doutos, afasta-o do materialismo, tornando-o acessível à catequese. Aliás, a submissão do índio à civilização ocidental, através dos ensinamentos cristãos, é prática que tem em seu abono nossos quatro séculos de história americana.

O espírito de disciplina, que o índio cultivava desde a infância, sob a constante imposição de seus chefes naturais, aproxima-o do soldado. O aparato militar encanta-o, recordando-lhe de algum modo o ritual de suas tradições.

Nossa convicção da eficiência do método militar, na pacificação e organização dos silvícolas, consoante a experiência de nossas comissões sertanistas, tem-nos levado até a sugerir a criação de uma Reserva Indígena, constituída de índios evoluídos, em idade militar e pré-militar, enquadrados por elementos selecionados nas Reservas das Forças Armadas. Seria, aliás, a nosso ver, um tardio reconhecimento das Forças Armadas ao complemento genuíno que jamais lhes faltou, nas campanhas do passado, para a eficiente defesa de nossa integridade territorial.

Numa visão retrospectiva de nossas campanhas, na guerra e na paz, nos sertões mato-grossenses, impor-se-iam, como precursores de nossa Reserva Indígena, aquêles terrenos e guaicurus, cadiués e caluás, bororós e paricis que, sob as ordens de Cândido Mariano Rondon, fizeram jus a citações que honrariam qualquer servidor militar.

A capacidade econômica do índio, em certas regiões do País, já alcançou mesmo a notoriedade dos fatos cotidianos, nessa luta acesa com os grupos pioneiros, em defesa de seus seringais e castanhaais nativos, onde, tradicionalmente, caçavam e pescavam, em plena liberdade, e agora se iniciam nos misteres da exploração extrativa, entrando em franca concorrência, nos portos frequentados pelos regatões. E, tendo chegado a esse estágio de civilização, o índio também se tornou vítima do estado de coisas criado pela falta de organização rural e que se reveste, em cada região, de aspectos peculiares: aqui são as favelas, ali o êxodo rural, acolá os conflitos entre exploradores da indústria extrativa, indígenas e alienígenas, em concorrência, na solidão de nossas florestas incomensuráveis em busca das mesmas riquezas, na franja pioneira, onde já se alinham as tribos evoluídas que, atraídas pela civilização, põem em prática seus pendores industriais, à procura de meios para o intercâmbio com os centros avançados da mesma civilização.

Não tem sido outra, na verdade, a origem da insegurança e indigência de nossas populações indígenas alcançadas pelas frentes pioneiras ou envolvidas pela obra colonizadora que se alonga e amplia, no previsível quão louvável propósito de cobrir os espaços vazios da Amazônia, senão o despreparo daquelas populações para os inevitáveis contatos com os pioneiros, despreparo motivado pelas distorções da fina-

lidade tão bem delineada nas Diretrizes Rondonianas de 1910 e até explícita no mesmo título dado ao serviço, originariamente, incumbido da assistência aos silvícolas — Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais — o qual sugere o propósito de irmanar os brasileiros rurícolas, indígenas e sertanejos, orientando-os para o esforço comum, pela valorização humana e desenvolvimento regional, através da assimilação dos grupos heterogêneos e dispare, na mesma comunidade rural.

E não tem sido outra a causa do desconcerto verificado e pôsto em evidência em sucessivos incidentes, entre índios e sertanejos, senão o "indianismo", em seu interesse pelo índio, como objeto de estudos etnográficos... Daí à concepção do isolamento dos grupos indígenas, em parque teria sido um passo... à retaguarda, se considerarmos os objetivos nacionais citados.

Os frutos opimos dessa "orientação científica" do grande problema humano e brasileiro por excelência, orientação traduzida nas preocupações do "indianismo", não tardariam e já se manifestam, em realidade, na incoerência a que somos levados, com a participação do Brasil em congressos indigenistas (racistas, portanto, quando a Lei brasileira condena o racismo sob qualquer de suas formas) e até admitindo, em consequência, interpelações impertinentes sobre a conduta de nosso Governo, em face de crimes cometidos contra índios, em ter-

ritório nacional, como se se tratasse de minorias raciais sob tutela internacional.

Cabe-nos ainda considerar o problema indígena brasileiro, sob um dos aspectos que mais têm concorrido para a incompreensão generalizada que ainda se verifica: o número e a distribuição geográfica das populações remanescentes.

Não procedem, a nosso ver, as afirmações correntes, no sentido da redução daqueles números e áreas, com o intuito de subestimar as responsabilidades da assistência oficial.

Em primeiro lugar, cumpre dar à Lei Magna, em seus dispositivos que tornam imperiosa aquela assistência, o sentido lato que por sua natureza sugere, isto é, considerando amparados por aqueles dispositivos, não somente os silvícolas ainda em estado selvagem, mas também os grupos evoluídos que ainda vivem congregados em tribos e os que já se hajam incorporado às comunidades rurais.

Assim, cumpre reconhecer que as populações indígenas remanescentes têm, em todo o País, uma significação censitária indiscutivelmente maior do que aquela que aparentam os mais recentes dados oficiais.

Com a civilização progressiva, não somente das tribos, como também das regiões, tendem a aumentar as populações indígenas, pelo crescimento vegetativo (tôda população duplica de 30 em 30 anos, segundo a média brasileira) e pela incorporação

de grupos outrora arredios. Os cruzamentos com brancos ou mestiços se fazem ainda em proporções insignificantes, em relação aos consúbios consanguíneos. A existência de índios em grupos mais ou menos numerosos e conhecidos, em todos os Estados e Territórios, sem exclusão dos mais desenvolvidos, como São Paulo, que ainda os vê em sua gloriosa metrópole, mercando seus pobres artefatos; no Rio Grande do Sul, que chegou a ter um serviço especial para sua assistência; em Goiás, com seus carajás, que chegaram à notoriedade, por suas aptidões para os contatos do turismo; em Mato Grosso, com seus mistérios agora acrescidos pela ânsia de publicidade do famoso Parque do Xingu; no Amazonas, onde o número de tribos conhecido excede 150; tudo isso nos leva a admitir, como dado geográfico, que o problema indígena tem, no quadro da atualidade brasileira, uma insofismável importância e sua solução, humana e brasileira, pela integração definitiva, é imperativo inadiável para o Brasil.

* * *

Roquette Pinto deixou-nos, em páginas de RONDONIA, como Euclides em OS SERTÕES, a impressão pessoal colhida em contato com os nossos sertanejos, a qual podemos resumir em duas palavras: feios e fortes.

"São felos, efetivamente, aqueles sertanejos, muitos além disso vivem trabalhando, trabalhados pela doença. Pequenos e magros,

enfermos e inestéticos, fortes todavia, foram eles conquistando as terras áspers por onde hoje se desdobra o caminho enorme que une o Norte ao Sul do Brasil, como um laço apocalítico, amarrando os extremos da Pátria.

"É preciso lá ir, para retemperar a confiança nos destinos da raça e voltar desmentindo os pregoeiros de sua decadência. Não é nem pode ser nação involuída a que tem meia dúzia de filhos capazes de tais heroísmos..."

Na Baixa e Média Amazônia, como na Rondônia, o nordestino se enfileira entre os pioneiros sertanejos, conduzindo-os, por vezes, com o espírito combativo, o arrôjo e a tenacidade que o caracterizam.

Perlustrando rios imensos, dominando invios sertões, abrindo, na floresta clareiras de civilização, nordestinos surpreenderam o mundo, no limiar do século, com a Epopéia Acreana, dilatando as fronteiras da Pátria, num prévio e eloquente desmentido às dúvidas suscitadas pela literatura oficial, quanto ao seu valor, no recente episódio da chamada "Batalha da Borracha", como fácil justificação do insucesso administrativo.

O nordestino é, assim, "um vencedor, um forte", igualmente, na Amazônia, como em seus calcinados sertões natais. Afeito aos misteres da indústria extractiva e da agricultura, ele facilmente prospera, dominando rios e florestas. Nos povoados insalubres e decadentes, entre a po-

pulação indígena, nas aldeias ribeirinhas dos altos rios, nas raíais setentrionais do País, encontramos aquêles atletas desalentados, irradiando energia e brasilidade, isolados, resignados estóicos, nunca vencidos... Para viver, fazem-se índios, incorporando-se às tribos pelo casamento, adotando seus hábitos, aprendendo suas línguas, tomando parte em suas alegrias e em seus sofrimentos...

As correntes de imigração européia tiveram manifesta preferência pelas Regiões Sul e Leste. Não nos iludimos, porém, ao atribuir essa preferência, não a suposta incompatibilidade da raça branca, em relação aos trópicos, mas a fatores outros, além do clima — fatores sociais e econômicos. A preferência pelas regiões mais prósperas e pelas colônias já constituídas, onde estariam asseguradas aos recém-chegados, além do conforto da convivência de patricios, certas vantagens de assistência mútua, era fruto de mero bom senso ao qual as condições climáticas trazia um novo argumento.

Era de esperar que o Centro-Oeste, pelo desenvolvimento das vias de comunicações e os estímulos à colonização, pudesse, igualmente, em futuro próximo, atrair, não mais as correntes da imigração européia, reduzidas a menores proporções, pela contingência da recuperação econômica dos países de origem, após a guerra, mas os descendentes brasileiros dos imigrantes que se fixaram nos Estados do Sul, nesses 120 anos de imigração diri-

gida ou espontânea, desde a Independência até o deflagrar da 2ª Grande Guerra.

De fato, correntes migratórias do Sul e do Leste demandam o Centro-Oeste, nos últimos decênios, concorrendo para que Goiás e Mato Grosso duplicassem a população, com acentuada predominância de agricultores.

Para fazermos uma idéia aproximada da significação censitária desse movimento populacional, começaremos afirmando que 1/12 da população total do País já se encontra no conjunto regional Norte-Centro-Oeste, o qual abrange, incluindo o Meio Norte, a Amazônia Brasileira.

Restringindo nossas observações a esta grande região, constatamos o saldo positivo de 1.317.600 habitantes, no período de 1960-67, saldo que inclui apenas 80.000 habitantes (6,3%) atribuídos à imigração. Contudo, admitido o atual índice de incremento anual médio de 5,6% e confirmadas as perspectivas de reforço migratório, podemos prever, segundo estimativa oficial, para a Amazônia Brasileira, uma população de cerca de 8.400.000 hb, no próximo censo de 1970.

Com base nestes dados censitários, podemos contestar o refrão do despovoamento, como causa de subdesenvolvimento regional. A Amazônia Brasileira, com uma população que se aproxima dos 8 milhões em crescimento anual, sensivelmente, mais elevado que o do Nordeste (2,2%), Leste (2,7%) e Sul (3,9%), sendo a média nacional

de 3,3%, é, incontestavelmente, a região de mais intenso povoamento de todo o País, em números relativos. A densidade de 1,6 (hb/km²) aproxima-a do nível da Austrália, com 1,8 e do Canadá com 2 hb/km², países que, nem por isso, deixam de ser considerados potências econômicas.

São portanto, justificadas por legítimos interesses nacionais as reservas que, por vezes, temos oposto a certos planos de imigração em massa e até mesmo de internacionalização da Amazônia, apresentados como solução de prementes problemas de superpopulação... de outros continentes ou com o pretexto de acelerar o desenvolvimento regional, máxime quando consideramos, à luz da estatística, os problemas similares que já se prenunciam na evolução brasileira, dentro de prazos que não nos permitem mais qualquer dilação ou transigência de liberalidade, em relação ao solo e às riquezas naturais que devem constituir reservas das futuras gerações brasileiras.

Sem nos perdermos em controvérsia histórica, podemos assinalar a precedência do litoral amazônico e dos espanhóis, no descobrimento do Brasil, com as expedições de Alonso de Hojeda (junho de 1499) e Vicente Yañez Pinzon (janeiro de 1500).

É ainda no domínio espanhol que as explorações lusas se estendem de Itamaracá até ao Amazonas e, com a fundação de Belém, em 1616, transpõem o Meridiano de Tordesilhas e iniciam a conquista da Amazônia — o imenso refúgio da primitiva bra-

silidade, o verdadeiro país dos contrastes, onde têm lugar, em desconcertante proximidade e quase convivência, em pleno século XX, mostras da idade neopolítica e da moderna civilização.

Admitida, como descoberta do Brasil, a do litoral baiano, pelos portugueses, em abril de 1500, somos levados a consagrar, nos compêndios escolares, um evidente anacronismo que uma espécie de "complexo colonial" ainda não nos permitiu retificar.

Causa-nos agora estranheza e apreensão o movimento de instituições culturais, secundadas por intelectuais lusos e lusófilos do Brasil, com o mais decidido apoio de expressivas figuras do Governo português, para a comemoração do "Dia da Comunidade Luso-Brasileira", a cujos atos foram convidados portugueses e luso-brasileiros (*sic*), excluídos, segundo parece, os brasileiros de outras estirpes.

De escrito que, à sazão, oferecemos à "Revista da ADESG" (Jul 67) tomamos, como exórdio, alguns tópicos, para maior fidelidade ao primitivo pensamento:

"A data escolhida — 22 de abril — como a do descobrimento (e não 3 de maio, como quiseram outrora), não livra a comemoração da incômoda vizinhança do Martírio de Tiradentes — 21 de abril — cujo monumento se ergue, como negação da mesma comunidade de sentimentos, de fato, nem sempre reinante entre as duas Nações.

"Recente projeto de lei, mudando para "Comunidade Brasi-

lo-Luso-Africana" a primeira denominação, desfigurando assim, oportunamente, o movimento de retorno ao passado que se encerrou a 7 de setembro de 1822, é frontalmente repellido pelos corifeus da "Comunidade Luso-Brasileira" pura e simples, como contrário aos seus evidentes objetivos geopolíticos.

"Como resultados imediatos desse acordo, cujos aspectos culturais e afetivos não logram ocultar aqueles geopolíticos a que nos referimos, são apontadas a vinda de técnicos e profissionais portugueses de nível universitário, para o Brasil, e a ida de soldados, marinheiros e aviadores nossos, para a luta em que se empenham as forças armadas portuguesas, pela conservação de seu império africano.

"Elementar prudência aconselharia que nos abstivéssemos do trato de assuntos de política interna, se quiséssemos conservar relações pacíficas e consolidar laços de amizade e simpatia. Admitir, unilateralmente, tal norma é que nos parece inadmissível, máxime quando se procura, através do sentimentalismo, colher frutos políticos, satisfazendo interesses sem reciprocidade, levando de algum modo o País a um movimento que, distinguindo os brasileiros pela origem, sugere outras comunidades, dando ao projeto em exame um sentido, talvez, inesperado e, certamente, não desejado por seus defensores, de desintegração nacional.

"O desprezo do 7 de Setembro — a data que se imporia, para o conagraçamento luso-brasileiro, se de fato aquêlê sentimento de

comunidade, de identidade nacional, norteasse os inspiradores dêste movimento, põe mais uma vez em evidência aquêlê aspecto geopolítico a que nos referimos.

"Preferir, para a glorificação comum, Pedro Álvares Cabral, o almirante que foi surpreendido pelo continente brasileiro a que chamou "Ilha de Vera Cruz"; que teria passado à história como um geógrafo sem curiosidade, não fôra o interesse de outros povos pela Terra de Santa Cruz; preferi-lo ao Príncipe Dom Pedro que, em sua sobranceira, identificou-se com a Nação Brasileira que, de fato, desvendou à civilização, atendendo aos conselhos da sã política e às aspirações brasileiras, é circunstância que não poderíamos deixar de assinalar, ao procurarmos compreender as razões profundas desse movimento da "Comunidade Luso-Brasileira", em que se empenham lídimos representantes da cultura portuguesa, de uma Nação que se tem caracterizado pelo senso prático (comercial diríamos) em suas relações com o Brasil.

"Conciliemos, pois, mais uma vez, os interesses nacionais em fraternal conflito, velando por que não se ultrapassem, nessa marcha retrógrada de nossa história comum, os limites do mesmo sentimentalismo que a teria inspirado, renunciando quaisquer intuítos, presentes ou futuros, de incursões nos domínios da política interna."

Causa ainda apreensão, nas vésperas das "Comemorações Cabralinas", desta vez aos nossos simpáticos opositores, a atitude

brasileira (afinal modificada) contrária ao "Colonialismo", na Organização das Nações Unidas.

A deferência do Governo Brasileiro às solicitações dos promotores daquelas comemorações teria alentado, nas correntes do pensamento luso-brasileiro, a esperança de uma reconsideração daquela atitude, em que pese à coerência com a nossa tradição, na esfera internacional.

Sempre nos pareceu, na verdade, estranha maneira de cultivar o Civismo de nossa juventude essa de recordar episódios de nossa história colonial, tão desfigurada até hoje, nos compêndios escolares, pela preocupação de habilitar os lusiadas a uma precedência que não lhes cabe, no descobrimento, e a uma benemerência por vezes exagerada, nos fastos nacionais.

Uma cuidadosa revisão de nossa história, para usos escolares, está em pauta e seria, na verdade, muito oportuna, como teste de nossa emancipação cultural, em face dessa juventude que anseia pela maioridade, estuante nas manifestações de altivez, na defesa de seus direitos à vida e à cultura.

Começaríamos colocando nos devidos termos a prioridade dos espanhóis, florentinos e genoveses, na exploração de nosso litoral, do Nordeste e da Amazônia, do Gurupi ao Oiapoque, inclusive o Rio-Mar, o *Mar Dulce*; assinando a displicência do descobridor português — do litoral do Leste — geógrafo sem curiosidade — que, em presença do grande País, julga-o uma ilha perdi-

da no Oceano, que poderia servir, quando muito, de estação naval, para a rota das Índias, e que, pelos 28 anos seguintes de sua existência, não teria manifestado qualquer interesse pelo País que descobriu.

A cordialidade luso-brasileira, propiciada pela Independência, deveria consolidar-se para sempre, pois é imperativo de nossa cultura e de nossas tendências sentimentais, mas a prudência aconselha-nos menos preocupações com o passado e mais objetividade no presente.

Voltando ao problema das colônias portuguesas da África, não sem certo constrangimento em entrar em alheia seara, parecemos que a História do Brasil oferece episódios a meditar e lições de política a concluir, como experiência vivida em terras de ultramar, entre povos indígenas.

A integração nacional, que implica amor e compreensão entre os povos que devem formar a mesma nacionalidade, seria o grande objetivo a alcançar.

A elevação do país à categoria de província teria sido, apenas, a integração territorial. Resta a integração dos povos, pela igualdade de direitos, pela autonomia, pela fusão de europeus e indígenas, sem quaisquer restrições ou preconceitos, ideal político-social de que o Brasil é exemplo edificante.

Neste episódio da "Comunidade Luso-Brasileira", nossas relações com Portugal têm-se caracterizado, não há como negar, de um lado, pela objetividade e franqueza lusitana com que se têm pós-

to as questões internacionais, suscitadas e, doutro, pelo lirismo de intelectuais que, por vêzes, em fugas à realidade, vêem o Brasil realizado como grande potência, empenhado, não somente na integração de sua imensa hinterlândia, mas também em dominar o Atlântico Sul e a própria África Portuguesa e, esquecido das restrições constitucionais que se dispôs, disposto a perturbar a evolução política das Nações negras.

Como demonstração daquela franqueza lusitana, oferecemos à meditação dos luso-brasileiros as palavras lapidares com que o ilustre Ministro Franco Nogueira, inspirado no verdadeiro nacionalismo, define a política de seu País:

"Na definição da atitude portuguesa, não nos devemos determinar por emoção, ou por simpatia, ou malevolência, ou ódio em favor ou contra um povo ou outro. Não se trata de ser amigo ou inimigo de quem quer que seja. Haveremos de nos cingir à análise dos fatos, para assim mantermos clara e fria a nossa visão. E a primeira configuração que se nos afigura vital é esta: Para nós, os interesses portugueses têm prioridade absoluta sobre os demais, e a satisfação ou a cooperação com os interesses alheios não podem nunca realizar-se com atropelo dos nossos. Isto significa, antes de mais nada, que a noção de pátria tem de estar sempre presente e viva no nosso espírito." (Alves Pina, em O GLOBO de 8-6-68).

É tempo de fixarmos um conceito de nacionalidade condizente

com o passado e as aspirações, com a realidade histórico-geográfica do Brasil.

Parece-nos indiscutível, em face dessa realidade, a exclusão, para este fim, dos preconceitos de raça, em que pese, mais uma vez, aos desejos manifestados, com "pompa e circunstância", pelo grupo luso-brasileiro, com a grande atenuante da geral complacência e de ideologia política, qualquer que seja nossa íntima repulsa aos propósitos revolucionários dos opositores a nossas aspirações democráticas.

Soam bem aos nossos ouvidos as expressões correntes: "Nação latina" e "Nação democrática". O comodismo intelectual tem-nos levado a admiti-las sem mais exame.

A diversidade de elementos étnicos que entram, como sabemos, na composição da Nação Brasileira — o branco, o índio, o negro, o amarelo — exclui-nos, evidentemente, de uma classificação racial rigorosa.

Na predominância de brancos, cumpre reconhecer, nos últimos Censos, a contribuição dos importantes contingentes germânicos e eslavos.

Livres de qualquer preconceito — máxime desse tão discutido preconceito de raça pura — poderíamos, sem embargo, admitir e proclamar, com espírito de conciliação para com os racistas, a *Raça Brasileira* que já se manifesta, em seus caracteres somáticos, nos tipos predominantes de nossa população.

As dúvidas suscitadas pelos fatos sociais contemporâneos,

quanto à firmeza de nossas convicções democráticas de Nação Ocidental, obra de ativa minoria disposta, segundo parece, a subverter as instituições nacionais, deveria levar-nos a uma atitude nacionalista, não somente de defesa das mesmas instituições, mas também (e principalmente), do mais decidido empenho em dar solução aos problemas humanos decorrentes da conjuntura sócio-econômica, na qual têm lugar preeminente o subdesenvolvimento, a inquietação das massas urbanas e a insatisfação da juventude intelectual.

A preexistência da Nação Brasileira, no seio da Mãe-Pátria América, é conclusão forçosa da mesma história contemporânea, da qual decorre e se justifica o título de *descobridor*, que se atribui ao europeu, espanhol ou português (descobridor e não fundador).

O Brasil, Nação americana que evolui sob os influxos da civilização ocidental, em comércio e convivência com Nações européias (espanhóis, portugueses, franceses, holandeses), desde o dealbar do século XVI, assimilando os grupos alienígenas, pela miscigenação e a imposição da cultura indígena, através da língua luso-brasileira, elemento unificador, por excelência; o Brasil há de afirmar-se, pela consecução dos objetivos nacionais permanentes, como Nação do mundo ocidental — a maior das Nações católicas; Nação paradigma da harmonia social que somente a liberdade de crença, a ausência de preconceito racial e o espírito democrático, já consagrados em nossa Lei Magna e em nossos costumes políticos, podem criar; Nação símbolo da unidade, na diversidade dos povos dessa insofrida humanidade, de origem e destino comuns. (*)

"A natureza humana é complexa; exige, para educar-se, habilidade, tato e inteligência. O fundamental é fazer com que o educando adquira confiança em si mesmo, nos camaradas e na dignidade de seus chefes, para que se realize integralmente. É preciso vencer os frustrados e fazê-los reencontrarem-se como bons cidadãos e soldados."

MAR ARMANDO VILANOVA PEREIRA DE VASCONCELOS

(*) Ao fixar os conceitos de Pátria e Civismo, o autor reproduz algumas de suas teses nacionalistas expandidas em três livros que, sob o título de "Pelos Sertões e Fronteiras do Brasil", deverão reaparecer, fundidos e atualizados, com a "Coletânea de Estudos Amazônicos" (Reper Editora), sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura.